ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-02-2020.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 002/20 (Processo nº 0002/20), de autoria de Adeli Sell; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 270 e 278/19 (Processos nºs 0639 e 0651/19, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 271/19 (Processo nº 0641/19), de autoria de João Bosco Vaz; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 027, 273 e 276/19 e o Projeto de Resolução nº 064/19 (Processos nºs 0654, 0645, 0648 e 0644/19, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/19 e o Projeto de Resolução nº 065/19 (Processos nºs 0585 e 0649/19, respectivamente), de autoria de Lourdes Sprenger; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 256 e 263/19 (Processos nºs 0600 e 0623/19, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 252/19 (Processo nº 0593/19), de autoria de Margarete Moraes. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 031 e 032/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei do Executivo nºs 004 e 005/20 (Processos nºs 0033 e 0034/20, respectivamente). Do EXPEDIENTE, constaram: Ofícios nºs 423, 749 e 3483/19 e 008 e 009/20, de Fernanda Almeida Cappelini; Ofícios nºs 3365, 3379 e 3394/19 e 014, 047, 048, 066, 067 e 068/20, de Iuri Jadovski; Ofício nº 3409/19, de Michael Espinosa Herreira; Ofício nº 001/20, de Leonardo Maranhão Busatto. Foi apregoado requerimento de autoria de Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia seis ao dia nove de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento de Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia seis ao dia nove de fevereiro do corrente. Foi aprovado requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dez ao dia treze de fevereiro do corrente. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos

trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, Cassiá Carpes, este em tempo cedido por João Carlos Nedel, Comandante Nádia, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Mendes Ribeiro, Farid Germano Filho, Adeli Sell e Lourdes Sprenger. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 026.00004/2020-24, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Cassio Trogildo, do dia seis ao dia quinze de fevereiro do corrente, na Décima Sessão do Fórum Mundial Urbano, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Engº Comassetto, Adeli Sell e Cláudia Araújo. Durante a sessão, foi registrada a presença de Tatiane Frizzo, vereadora de Caxias do Sul – RS. Às quinze horas e cinquenta e um minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada às dezesseis horas. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol, Lourdes Sprenger e João Carlos Nedel e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cláudio Conceição solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 6 a 9 de fevereiro de 2020. A Mesa declara empossado o Ver. Farid Germano Filho, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Dinho do Grêmio assumir a vereança, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança urbana – CEDECONDH.

O Ver. Prof. Alex Fraga solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 13 de fevereiro de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Senhores, eu quero informar a Casa que hoje às 15h30min a presidência irá receber o senhor prefeito municipal, aqui no salão Nobre, que fará uma visita em caráter institucional à Câmara Municipal. De outro lado, já anunciei que hoje, às 16h15min, nós buscaremos realizar uma sessão extraordinária para votar projetos dos Srs. Vereadores, que estão alinhados. Foi ponderado para nós que dois projetos que deveriam inicialmente ser votados, que foram transferidos da sessão de ontem, um deles o autor não está presente, o outro possivelmente não estará também. Então nós concordamos em colocá-los no último da lista e, se for o caso, votar-se-ão outros projetos se houver quórum evidentemente para tanto.

Solicito à Ver.^a Lourdes Sprenger, nossa vice-presidência, que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, colegas vereadores e vereadoras, população que acompanha a nossa sessão nesta tarde e os cidadãos que se fazem presentes aqui no plenário. Hoje, às 16h, acontece aqui no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, uma audiência de conciliação com os sindicatos ligados à área da saúde e o governo municipal, mais precisamente o secretário municipal de Saúde e a direção do IMESF. Qual é o motivo dessa audiência de conciliação? Nós sabemos que, no final do ano passado, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, houve uma decisão de extinção do IMESF, o IMESF é o programa municipal de saúde da Estratégia de Saúde da Família em Porto Alegre e congrega mais de mil e oitocentos trabalhadores. Isso causou uma enorme repercussão e preocupação na sociedade e nos trabalhadores. Em função disso, houve recursos, e esses recursos, impetrados tanto pelo governo municipal como pelas entidades, só deverão ser julgados pelo Supremo daqui a um ano, dois anos. Pois, assim mesmo, o governo municipal decidiu demitir os trabalhadores do IMESF, mais precisamente aqueles que não foram contemplados no projeto de lei aprovado aqui, no final do ano, numa sessão extraordinária, sobre a qual a maioria dos vereadores não foram comunicados, porque foi uma convocação intempestiva, ilegal. Houve recursos, inclusive, que a Justiça ainda não julgou. Pois o governo se sente poderoso de dizer que, como foram criados esses novos cargos, os trabalhadores do IMESF, do programa de saúde da família, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Endemias, teriam que ser demitidos e fazer um novo concurso, porque o projeto de lei muda o regime de celetista para estatutário. Portanto, teriam que fazer um novo concurso e ser aprovados. O governo pensa que pode fazer isso para poder terceirizar a saúde, aliás, já está terceirizando: terceirizou no Pronto Atendimento da Bom Jesus, terceirizou na Lomba do Pinheiro e está terceirizando toda a Atenção Básica em Porto Alegre. Lamentavelmente, em muitos locais já não tem médico para atender. Essa audiência de conciliação que o governo pediu com os sindicatos junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região é para poder demitir os trabalhadores, veja a incongruência do governo! Tamanha irresponsabilidade, Ver. Adeli, Ver. Sgarbossa! Tamanha, eu diria, falta de gestão! Nesse período de transição, ele vai atender com que efetivos? Deveria primeiro dialogar, construir junto com o Tribunal Regional do Trabalho um tempo para poder as pessoas ficarem trabalhando e contemplá-las pelas emendas constitucionais vigentes ou

a Lei 11.350, uma lei federal que garante que esses trabalhadores que já fizeram concurso público fossem contemplados. O governo não olha mais para esse enfoque de conquista e de concurso já feito. Esperamos que hoje o Tribunal Regional do Trabalho perceba essa sacanagem, eu diria, que o governo quer fazer de demitir todos esses trabalhadores e querer terceirizar a saúde. Nós já percebemos que alguns postos de saúde já não têm mais profissionais e nem médicos, e a população está desassistida. Infelizmente, o governo Marchezan, nesse aspecto da área da saúde, deixa muito a desejar e sem nenhum conhecimento de causa, Ver. Dr. Goulart, porque ele está demitindo os trabalhadores, os médicos, sem ter conhecimento de causa e sem cumprir lei federal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...Para concluir, nobre presidente, agradeço o minuto, nós queremos fazer um apelo à direção do IMESF, ao secretário municipal de saúde, que é o presidente do IMESF por força da lei, que ele vá, abra o diálogo e não defenda a demissão de trabalhadores. Todos eles vão entrar na justiça, todos eles vão ganhar na justiça, quem é que vai pagar tudo isso? É o próximo governo, não será mais o governo do Marchezan, porque com a rejeição que ele tem, não tem viabilidade de conquistar de novo os corações dos porto-alegrenses, certeza absoluta disso. Portanto, não crie, Marchezan, problema para o próximo governo, faça uma gestão profícua e dialogue com os cidadãos e com os trabalhadores da saúde. Essa, sim, é a saída para poder não criar um problema gravíssimo de não atender à população nesse período de transição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; amigos que nos visitam e pessoal que nos assiste pela TV Câmara. Eu já estive visitando o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas diz que quer fazer um acerto com esta situação do IMESF, eu espero que isso seja atingido, porque nós estamos prejudicando um monte de gente que não está sendo atendida, nem o atendimento domiciliar e mais os trabalhadores da saúde. Eu queria só complementar o que disse o Ver. Aldacir Oliboni: os trabalhadores precisam ser cuidados.

O que me traz aqui, nesta tribuna, é o hospital da Restinga. O hospital da Restinga é um hospital da Restinga e do Extremo-Sul, mas eu acho que ele é tão importante, foi uma vitória tão bonita dos moradores da Restinga e nossa, aqui na Câmara, que levantamos o hospital da Restinga que ele precisa ter um nome de uma

pessoa emblemática, precisa ser uma coisa simbólica muito forte. Eu tinha um nome, esperei 2, 3, 4, 5, 6 meses, um ano para ver se algum nome ia ser colocado, para ver se algum Vereador colocava algum nome, se, por acaso, alguém tivesse alguma inspiração, ninguém deu, respeitei isso, então, agora, entro com o nome que já está indo para as comissões que é o Hospital Extremo-Sul da Restinga Tia Eva. Por que Tia Eva? Tia Eva foi aquela mulher benemérita, aquela mulher que entregou toda a sua vida pelos moradores da Restinga. Ela trabalhou tanto, tanto, tanto, visitando pessoas doentes, que a gente quer imitar a Tia Eva e a gente não consegue, tamanho o empenho que essa mulher tinha de dedicação da sua vida para as pessoas doentes. Ela criou a famosa, agora fechada, Casa da Sopa. A Casa da Sopa da Restinga foi lendária ajudando aquelas pessoas que mais precisavam com um pouquinho de comida. A Tia Eva, então, foi atingida por um câncer de mama e continua, mesmo com o tratamento, com metástase, com quimioterapia, trabalhando dia e noite até a sua morte. Então eu quero que os vereadores deem uma estudada na biografia da Tia Eva, e depois, quando eu apresentar aqui para votação, que a gente faça uma votação unânime para dizer que os vereadores acharam importante o nome de uma pessoa como trabalhadora na saúde, misericordiosa, uma pessoa que teve inabalável a sua carreira, sem olhar para os lados, só ajudando ao próximo que mais precisava. Hospital Restinga e Extremo Sul, Tia Eva Laurêncio Valladares. Muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Comunico que está nos visitando hoje a Ver.^a Tatiane Frizzo da Câmara Municipal de Caxias do Sul, na companhia do Ver. Janta. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Lourdes Sprenger, Vice-Presidente da Casa, comandando os trabalhos. Aproveito esse período de Comunicações, pela nossa experiência, tivemos vários secretários do município; nós estamos, vereadores... Não sei se aqueles que têm cargos no governo estão conseguindo as suas demandas através do 156. Quero citar aqui a atuação da Prefeitura sobre a forma que está administrando; por isso que não está dando certo nas comunidades. Primeiro caso: uma solicitação na minha região para o DMAE – um buraco na entrada da sua casa, não podia entrar com o carro, um vazamento de esgoto, e nada, não vinha, não vinha! Aí, quando veio, era uma terceirizada que não conseguiu arrumar, foi embora dizendo que outra viria depois. Demorou mais alguns dias e outra equipe veio e não conseguiu arrumar, era também uma terceirizada. Aí descobri o nome de um diretor do DMAE e liguei dizendo: “Olha, está acontecendo isso lá no bairro Teresópolis, a pessoa não consegue entrar na sua casa, um baita buraco, um vazamento, esgoto correndo a céu aberto. Faz o favor de mandar o pessoal do DMAE que tem *know-how*, que tem conhecimento para arrumar aqui lá, porque a Prefeitura e o DMAE estão passando vergonha.” Coincidentemente, quando eu estava saindo de casa, noutro dia de manhã,

eles estavam lá, estava o engenheiro, conseguiram arrumar. Teve que ir o engenheiro, depois da terceira, quarta vez, o DMAE, propriamente dito, para resolver. Agora, frequentemente, 20 dias atrás, acredito que isso, um pouquinho menos, um pouquinho mais, teve aquele vendaval, houve um milagre ali na nossa região, Jesus Cristo de braços aberto na Praça São Caetano, pois caiu várias árvores e não o derrubou. Aí chamei, Ver.^a Lourdes, falei com o secretário Ramiro Rosário, mandei a foto para ele: “Olha só não me derrube agora quando tirar, mas estou mostrando que a praça está nessa situação”. Vários galhos quebrados, uma árvore grossa, grande. Dali dois dias, vieram a rapaziada, eu fui lá na praça dizer: “Olha, cuidado para agora não derrubar o Jesus Cristo, porque nem o vendaval derrubou”. Aí a empresa conseguiu podar as árvores e deixou um monte de sujeira no chão, deixou a raiz profunda deitada atrás do Jesus Cristo e sumiram. Liguei para o geólogo: “Olha, o que está havendo? Quando é que vocês vão tirar as árvores que foram cortadas, os tocos que estão lá na praça. A comunidade já limpou a praça, mas falta vocês fazerem a parte de vocês”. Ele respondeu: “Não, agora não é conosco, é com outra empresa que vai ter que vir aí”. Eu disse: “Olha, larguei, vamos deixar assim que nós vamos ajeitar o que é possível na comunidade”. Aí mais um problema na praça: sem luz. Eu vi que a minha DIP... Estou dizendo minha DIP, porque eu fui secretário de obras e a DIP era nossa, Ver. Adeli – era nossa! Divisão de Iluminação Pública de Porto Alegre, a SMOV, que saudades! O pessoal trabalhava com dedicação, fazia tudo que era possível. “Nós vamos aí, meu ex-secretário, gostamos muito de ti, nós vamos aí.” Foram lá, chegaram, arrumaram a parte deles e agora é a outra terceirizada que vai arrumar. Aí eu liguei: “Mas como assim? Tem várias terceirizadas para várias ações”. “Pois é, essa é a situação da DIP.” Ou seja, está lá ainda sem iluminação, fora os galhos daquele vendaval que foi muito forte na Zona Sul de Porto Alegre atirados pelo bairro. E nós, vereadores, Adeli, Mauro, Bosco, Ricardo, a sociedade pensa que nós não queremos fazer nada. O vereador está desmoralizado com a Prefeitura. A Prefeitura não faz mais nada. O 156 não existe mais na Prefeitura. Agora, o que noto aqui na Casa, infelizmente tenho que dizer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...Para concluir, o que eu noto aqui na Casa é que até os assessores dos departamentos não vêm mais na Casa, não querem fazer nada mais para os vereadores, não querem atender a sociedade em nome dos vereadores. Podem ver que sumiu daqui a maioria dos assessores da Prefeitura, porque eles não querem fazer, têm que ser do governo, têm que se entregar para o governo, têm que votar com o governo. Isso é uma vergonha! Eu nunca vi – é a terceira vez que passo pela Câmara – essa vergonha! Nós somos representantes da sociedade! Agora à tarde vem o prefeito aí fazer média, quando fala bobagem nas rádios, na televisão e nos jornais. Aí vem aqui. O Presidente tem que dizer para ele respeitar os vereadores, respeitar a comunidade, Porto Alegre é de todos nós. Os vereadores não têm

mais condições de suportar isso. A sociedade cobra dos vereadores que são os representantes legítimos da sociedade porto-alegrense. É por isso...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Ver. Cassiá Carpes. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Lourdes, nesta tarde, minha colega de partido, muito bom te ver à frente dos trabalhos. Da mesma forma, quero cumprimentar os colegas vereadores nesse início de ano de 2020, desejando que os nossos trabalhos aqui sejam plenos, porque efetivamente, Porto Alegre necessita que os vereadores que aqui estão possam trabalhar por uma cidade melhor, com mais atratividade, com mais acesso à educação, à saúde e também à mobilidade e à acessibilidade, já que aqui cumprimento o presidente do Comdepa que nos visita. Mas hoje eu quero falar, vou pedir para o pessoal colocar uma foto, de algo que aconteceu essa semana e que chocou pelo menos e principalmente as mulheres do Brasil. Tem como o pessoal colocar a foto aí? Na verdade, foi um vídeo que o ator José de Abreu fez contra Regina Duarte, que foi nomeada como secretária nacional da cultura. Sabemos da necessidade que existe de que a cultura no Brasil seja efetivamente uma cultura que traga, que agregue valores positivos que agregue posicionamentos que façam o cidadão, a criança, o adolescente, homens, mulheres e idosos crescerem. Não aquela cultura a que nós estamos acostumados, Ver. Ricardo, de uma baixaria; cultura que o menos que faz é mostrar a cultura. E o José de Abreu teve como máxima, esta semana, além do vídeo que ele fez, falar a seguinte frase: “Vagina não transforma uma mulher em ser humano. Eu não vou parar. Sou radical mesmo e estou num caminho sem volta.” Ora, nós, mulheres, as mulheres que realmente se sentem fortalecidas, sem mimimi, ficamos extremamente indignadas com essa atitude, Ver.^a Lourdes, de um profissional da Globo. Mas o que mais me chamou a atenção é o fato de que quando aconteceu, alguns anos atrás, um fato parecido, na novela A Lei do Amor, quando a figurinista *Susllem Tonani*, que era integrante da equipe de figurinistas da Globo fez uma denúncia contra o ator José Mayer, dizendo que ela sofreu assédio sexual por oito meses, o que fizeram as mulheres atrizes, Ver. Cassiá, àquela época? Uniram-se e fizeram a campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas”, não aceitando aquele tipo de atitude, fazendo uma campanha contra o assédio moral e sexual de um ator global que ficou por oito meses incomodando, importunando uma figurinista. Para minha surpresa, e tenho certeza que também da grande maioria dos senhores e das senhoras que estão aqui, porque os homens também - eu tenho certeza - não aceitam esse tipo de atitude, porque têm filhas, têm esposas, têm namoradas, têm mães, têm sobrinhas e não iriam também aceitar, as atrizes globais nada fizeram a respeito do José de Abreu. E também não vi nenhuma manifestação das ditas feministas, seja dos

partidos do PT, do PSOL, do PC do B, enfim, que tanto criticam homens que fazem esse tipo de violência, Doutor Goulart, uma violência contra as mulheres, e mais ainda, uma violência contra uma Secretária Nacional, uma mulher com competência, com dignidade, uma atriz que iniciou sua carreira em 1965 e que está mostrando um Novo Brasil. Nós não podemos ser coniventes com essa indignação que ora faz parte da esquerda – e digo ora porque depende da sua conveniência –, nós não podemos ser coniventes com mulheres de esquerda, atrizes de esquerda, que conforme a conveniência delas, ou seja, partidária, atacam “a” ou “b”...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): ...Podemos concluir então que esse silêncio sepulcral da esquerda, das mulheres de esquerda que tanto são pelas mulheres, pelo feminismo, contra violência, é de acordo com a sua tendência, pois Regina Duarte aceitou o convite do presidente Bolsonaro, que é um presidente de direita. Isso nós não podemos aceitar, nós temos que estar nessa tribuna reclamando, indignados, fazendo contestações, independentemente se é de direita ou de esquerda, mas sim pelos seres humanos, porque aqui ninguém está pelo homem ou pela mulher, aqui nós dizemos que o feminino e o masculino devem dividir os mesmos espaços, não porque é mulher ou porque é homem, mas porque tem competência, qualificação e capacitação. Aqui não tem mimimi, e isso não vamos aceitar. Infelizmente não conseguimos ver a frase, e agora José de Abreu vai para a Nova Zelândia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora Lourdes Sprenger, vice-presidente, dirigindo os trabalhos, minha colega de Mesa, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TV Câmara, senhoras e senhores. Eu venho a esta tribuna me manifestar aqui, neste reinício dos trabalhos da Legislatura, enfrentamos a pauta dos cobradores; me chamou atenção essa semana, Ver. Dr. Goulart, tive um almoço com os colegas do Rotary, na quarta-feira, e tinha um convidado, que disse: “Não, eu acredito que tem mesmo que acabar com os cobradores, enfim”. Eu acredito que nós acertamos em votar contra a extinção dos cobradores, até porque são 3.600 famílias que estavam angustiadas, enfim. No final da conversa, ele veio: “Olha aqui o carro que eu estou comprando”. Está comprando uma Mercedes 2018, não deve estar muito preocupado com os cobradores mesmo. Então são esses antagonismos que acontecem no dia a dia das nossas andanças por Porto Alegre. O cidadão anda com carro zero, importado, mas

ele quer que termine com os cobradores. Eu confesso a vocês que todas as pessoas que eu conversei, que andam de ônibus, são a favor da permanência dos cobradores de ônibus dentro do ônibus; quem não anda de ônibus acha que tem que tirar os cobradores de ônibus. Então acho que essa Casa acertou nesse debate. Trago apenas essa reflexão do que aconteceu ontem, então a gente fica assim meio atônito com situações e opiniões de pessoas relativas a questões que são debatidas e enfrentadas nesta Casa. E hoje, casualmente, me aconteceu uma situação semelhante com relação a um motorista de aplicativo, e ele me fez um desafio, disse que, na opinião dele, que o motorista de aplicativo, ele não chega a ganhar R\$ 1 por quilômetro rodado de corrida. Eu até confesso a vocês que, tecnicamente, não fui atrás ainda para ver, para comprovar. Realmente vou conversar com mais alguns, inclusive ontem tive uma reunião que participou um dos representantes de um dos aplicativos, uma reunião de trabalho. Mas eu tenho impressão, realmente, que uma corrida de R\$ 10 reais deve andar mais ou menos 10 km, e se para andar 10 km o cidadão paga R\$ 10 reais, cobrar R\$ 30 centavos de imposto por quilômetro rodado, está muito alto, está excessivo, não comporta, digamos assim, a realidade do que custa, do quanto vale. Às vezes não é quanto custa, mas quanto vale. Então acho que nós vamos ter que enfrentar essa pauta, este debate em seguida, porque esses são projetos de lei que foram apresentados à Casa, num turbilhão de uma chamada extraordinária de recesso, acho que isso tem que ser debatido com a sociedade com muita calma e muita cautela. Eu tenho recebido inúmeros telefonemas, ligações de lideranças, inclusive de vereadores aqui do entorno, Eldorado do Sul fez uma moção de repúdio ao pedágio que está se querendo cobrar. Eu acho que todos esses projetos de lei que estão na agenda do debate da Casa precisam ser enfrentados com muita tranquilidade, com análise técnica de dados, realmente para que se possa tomar as decisões mais acertadas para o bem da cidade e para o bem das pessoas. Se realmente o que compete ao motorista de aplicativo é R\$ 1,00 por quilômetro, não tem como pagar R\$ 0,30 de imposto; agora, se é, se não é, se é R\$ 1,00, se é R\$ 1,50, se são R\$ 0,90, eu acho que isso tem que ser trazido ao debate com elementos mais técnicos.

Com relação ao pedágio, para quem não for de Porto Alegre ter que pagar R\$ 4,70 para entrar em Porto Alegre, eu considero uma barbaridade, um desrespeito, especialmente com a Região Metropolitana. Teve gente ligando de Lavras do Sul: “Quando eu for aí ver o Colorado jogar vou ter que pagar R\$ 4,70 para entrar em Porto Alegre! Mas que barbaridade!” Aqui no entorno também, vereadores de Cachoeirinha, lideranças, pessoas não vinculadas ao meio político preocupadas com essa iniciativa que parece até meio surreal, uma iniciativa que não sei de onde é que o prefeito tirou, de qual gaveta ele desengavetou essa ideia. Nós já queremos aproveitar essa tribuna, esse período hoje aqui de Comunicações para manifestar a nossa contrariedade a essa iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Vereador. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, eu não havia pensado em usar o período de Comunicações na tarde de hoje, mas de certa forma, escutando atentamente o Ver. Márcio Bins Ely, que fez uso da tribuna antes de mim, decidi me manifestar novamente, pois, na tarde de ontem, em tempo de liderança pelo meu partido, o PSOL, havia traçado algumas linhas com relação ao pacote de projetos do prefeito que se refere à mobilidade na nossa cidade, e justamente sobre o projeto dos aplicativos eu não consegui falar. Todos, na cidade de Porto Alegre, conhecem ou têm algum parente que está trabalhando como motorista nesses aplicativos. Na minha família, especificamente, são três – três primos ou maridos de primas –, todos jovens, que estão buscando, através da utilização dessas parcerias com plataformas como Uber, 99, Cabify, pagar as despesas das suas casas, sustentar as suas famílias. Nós percebemos, realmente, que é uma situação muito complicada. Para aqueles que têm veículo próprio, o que é repassado por parte dessas empresas, muitas vezes, não consegue custear a manutenção dos veículos. Com o preço da gasolina, então, mal dá para abastecer o veículo; fora que o preço das viagens, muitas vezes, cai por conta de promoções que as empresas oferecem para os seus clientes, e isso, de certa forma, tem um reflexo negativo também no bolso do trabalhador.

Vislumbrando tudo isso, criou-se, então, atualmente, o neologismo incluindo o termo uberização das relações trabalhistas, e nós percebemos isso em praticamente todas as profissões. Na minha profissão, a dos professores, avança-se a passos largos o processo da dita uberização do trabalho. Foi aprovada agora jornada intermitente de trabalho para os professores públicos da rede estadual. Isso precariza uma profissão que todos dizem ser importante para o desenvolvimento das pessoas, para a construção de um país, para a construção de uma sociedade boa, decente, menos injusta. Infelizmente, essas profissões que estão se degradando – ou que está se permitindo a degradação – vão ter um reflexo negativo nos nossos jovens, nas nossas crianças.

Para fazer o fechamento com relação ao início da minha fala, nós, vereadores do PSOL e do PT, não vemos com bons olhos retirar os rendimentos do trabalhador que já é penalizado e que já ganha mal, que é o motorista de aplicativo. Se a iniciativa do prefeito fosse incidir, única e exclusivamente, sobre o caixa das empresas, nós não teríamos problema nenhum em colaborar com a prefeitura. Retirar 28 centavos de uma empresa como a Uber, que ganha bilhões e bilhões de dólares, anualmente, não faria grande diferença para os acionistas, não faria. Isso poderia sim custear o transporte público, mas nós não aceitamos que isso seja tirado de uma família, que já passa muitas dificuldades, que é a família dos motoristas de aplicativos. Se houver alguma maneira de poder retirar esses 28 centavos para o custeio do transporte público das empresas, nós seremos parceiros. Mas retirar dinheiro de trabalhador, isso nós não aceitamos. Um grande abraço a todos e sigamos os nossos trabalhos na tarde de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Ver. Alex. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Ver.^a Lourdes Sprenger, presidindo a sessão desta tarde; colegas vereadores; público que nos acompanha nas galerias e na TV Câmara. O transporte público é pauta da cidade de Porto Alegre, e eu tenho a convicção de que será pauta nos próximos 60 dias da cidade. Recebemos a informação do pacote do transporte, queríamos votar na sessão extraordinária, na convocação extraordinária, da semana passada. Eu, inclusive me manifestei, numa reunião com o governo, dizendo que esse pacote precisaria ser mais discutido conosco, vereadores, e com a população.

Eu tenho toda a tranquilidade, como já avisei ao governo, em dizer que sou contra, quase na totalidade, desse pacote que está vindo para a Câmara. Mas, dois dias passados, o projeto dos cobradores foi rejeitado, e respeito os vereadores que pensaram dessa maneira, mas eu fui atacado por esse segmento sobre o meu voto favorável ao projeto. Eu digo: este pacote, sim, precisa de diálogo e discussão, mas o projeto dos cobradores precisava de diálogo com quem? Na minha modesta opinião, bastaria ler o projeto, decidir votar “sim” ou “não”, e a discussão teria que ser somente com o sindicato, que era único prejudicado daquele projeto. Falo com toda a tranquilidade, Presidente Lourdes, eu tenho orgulho do meu voto, porque votei com a minha convicção. Eu tenho certeza que, se o projeto fosse aprovado, beneficiaria aquele que mais precisa e necessita do transporte público, que mora longe do centro e que anda de ônibus todos os dias, e que poderia baixar a passagem. Se forem cinco, dez ou quinze centavos, eu não me interessaria, o que me interessa é a atitude de beneficiar o transporte público Porto Alegre, que nós sabemos que tem problemas, assim como nas outras cidades. Então, eu volto a dizer com toda tranquilidade: eu tenho orgulho do meu voto porque o projeto não demitiria ninguém e também não extinguiria cargo de cobradores, apenas tirava a obrigação de recompor o posto de cobrador nos casos de demissão por justa causa, por aposentadoria ou por morte; não tiraria emprego de ninguém, com toda a tranquilidade. E, se o prefeito quisesse tirar o emprego dos cobradores, que é uma profissão digna, eu tenho muito respeito, eu tenho muitos amigos no transporte público, motoristas, cobradores, muito respeito. É um trabalho digno, essencial para a cidade de Porto Alegre, mas se o prefeito quisesse tirar realmente o emprego, ele revogaria a lei que obriga que a tripulação do transporte seja composta obrigatoriamente por cobrador e por motorista. Então, eu quero aqui reforçar, mais uma vez: o meu voto foi a favor da cidade de Porto Alegre, foi a favor da população de Porto Alegre, que precisa de transporte público mais barato, é verdade, mas com qualidade. Era isso, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigado, Ver. Mendes. O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Boa tarde, senhoras vereadoras, senhores vereadores; senhora Presidente, Ver.^a Lourdes; faço uso deste espaço hoje, como integrante do Democratas, com um objetivo principal, haja vista, até o momento, não ter sido feita, por parte do partido, uma saudação especial ao nosso Presidente Reginaldo Pujol, que está, neste momento, recebendo convidados na Casa, sendo substituído, de maneira grandiosa, pela Ver.^a Lourdes, que está presidindo a sessão. Queria, em nome do nosso partido, o Democratas, fazer uma saudação muito especial ao Presidente Reginaldo Pujol, um homem de 80 anos, com nove mandatos, indo para o seu décimo mandato, e um dos políticos, um dos homens públicos de maior credibilidade deste Estado. Há poucos dias, o Ver. Cecchim falava nesta tribuna, muito justamente, sobre o senador Pedro Simon, que é um exemplo, para o Brasil, de honestidade, de credibilidade, de honorabilidade. Pois o nosso Ver. Reginaldo Pujol também é uma figura ilibada, uma figura que honra e que engrandece a política não só do Rio Grande, mas a política do Brasil. Quero fazer uma homenagem, uma saudação ao nosso Presidente Reginaldo Pujol, que, desde 1973, ocupa o cargo de vereador em Porto Alegre. Tenho a convicção e a certeza de que o nosso partido, o Democratas, não poderia deixar de fazer uma saudação muito especial a essa grande figura pública, que se chama Reginaldo Pujol, que me acolheu muitíssimo bem. Abro um parêntese para dizer que acolhido muito bem fui por todos os vereadores desta Casa, sejam eles – Ver. Márcio Bins Ely, o meu abraço – vereadores de oposição, de situação, todos eles me acolheram muitíssimo bem.

Fecho o parêntese e trato de uma outra questão de extrema relevância para a nossa cidade, na verdade, para o mundo e que hoje é debatida em todo o planeta: nós vivemos uma verdadeira epidemia na China, que é o coronavírus, um vírus que ataca, que tem uma semelhança com a gripe, transforma-se em pneumonia e pode ser fatal, sim. O que mais me assusta é saber que no Brasil existem hoje 12 casos suspeitos de coronavírus, e o Rio Grande do Sul tem, hoje, no seu quadro clínico, 5 casos suspeitos – quase 50% dos casos de coronavírus no Brasil são no Estado do Rio Grande do Sul. Ontem, o governo do Estado, através da Secretaria Estadual da Saúde, fez o lançamento importante de uma campanha para tratar dessa questão no nosso Estado, quero crer que o Município de Porto Alegre, que a secretaria municipal faça o mesmo, que a Prefeitura tome providências e que esta Casa também possa fazer o mesmo, porque Porto Alegre é porta de entrada para o Mercosul. Nós temos vários casos de suspeita de coronavírus no Estado de Santa Catarina, muitos gaúchos vão para o Estado de Santa Catarina, e acho que a nossa capital precisa também tratar essa questão com a seriedade que vem sendo tratada em nível mundial, em nível nacional, em nível estadual, e precisa, com absoluta certeza e com toda a convicção, ser tratada também em nível municipal, porque trata-se de algo muito sério, uma epidemia muito severa, e, queira Deus, não traga nenhuma vítima fatal, que nenhum desses 12 casos suspeitos sejam comprovados no nosso País, muito especialmente no nosso Estado do Rio Grande do Sul. Repito: dos 12 casos suspeitos no Brasil, 5 são no Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Lourdes Sprenger, na condução dos trabalhos nesta tarde, eu quero fazer coro ao meu bravo colega Cassiá Carpes. O Ver. Cássia Carpes, com todas as letras, sem rodeios, disse efetivamente o que está acontecendo em Porto Alegre no relacionamento truncado, truculento entre o senhor do Paço e esta Casa democrática do povo de Porto Alegre. É inaceitável esta postura do prefeito municipal, totalmente inaceitável a postura do prefeito. Repito, a postura do prefeito municipal de Porto Alegre é incompatível com o cargo que ele ocupa, ele tem que ter uma postura de magistrado, ele tem que ser governo de todos os porto-alegrenses e dialogar com os 36 vereadores.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR ADELI SEL (PT): Ver. João Bosco Vaz, eu lhe dou um aparte com muito agrado.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Ver. Adeli Sell, ontem eu li no jornal Zero Hora ele propondo um acordo com a Câmara, e eu pensei: “Olha, esse homem acordou, acho que vamos ter um diálogo”. Hoje eu leio e ouço ele insinuando, dizendo: “Não, os vereadores têm que ter consciência da votação, porque, se não votarem, não aprovarem, a passagem não vai baixar”. É simples: o Uber, só no ano passado, pagou 10 milhões de ISS; o Ver. Valter Nagelstein fez um levantamento no ano passado que a EPTC arrecadou 70 milhões em multas; se pegar só os 40 milhões, não os 70 milhões, das multas da EPTC mais os 10 milhões de ISS do Uber dá o dinheiro para botar num fundo e abater no preço da passagem, não faz porque não quer.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Nós já propusemos e voltamos a propor – o Ver. Mauro Zacher ontem, aqui no corredor, disse ao líder do governo, eu concordei – a questão de uma comissão especial para que a gente discuta um plano de mobilidade, e eu acrescentei: metropolitano. Por isso que eu disse para fazermos uma quinta-feira temática imediatamente com a Metroplan,² com a Granpal, e seja lá quem for do governo do Estado, por exemplo, a Secretaria de Transportes. O prefeito quer colocar a culpa na Câmara de Vereadores das pioxotadas, da sua incompetência, da sua truculência! Não vai levar! Eu vou às ruas, ou melhor, eu estou nas ruas, eu fiz um folheto e farei milhares de folhetos mostrando que quem mente é o Sr. Prefeito Municipal. Não passará a sua visão de bom moço que quer resolver o problema de transporte coletivo em Porto Alegre; se quisesse, em três anos, tinha tido a dignidade porque dignidade, esse sujeito não tem; não tem dignidade porque, na campanha eleitoral, prometeu mil e uma coisas e não cumpriu absolutamente nada do que prometeu, está fazendo exatamente o contrário.

Neste momento, no Paço Municipal, ele quer colocar o Atelier Livre Xico Stockinger, feito pelos artistas, pelas pessoas da cultura, na mão seja lá de quem for. E nós temos associações. Eu perguntei ontem para a ex-Ver.^a Margarete Moraes se a Associação Chico Lisboa não poderia ser uma parceria? Pode, mas não é a única, tem tantas pessoas. Por que em Porto Alegre, sobre todas as coisas, inclusive nas coisas mais mezinhas da cultura, como o Atelier Livre da Prefeitura, o prefeito arruma sarna para se coçar? Porque é sarna para ele se coçar, porque esta eu não vou pegar, eu não vou pegar. Eu estou falando com todas as letras, como falou o Ver. Cássia Carpes, que como bom driblador, como bom jogador, fez o que todos aqui, ao serem atacados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): ...Concluo dizendo que deveriam mostrar o que disse o Cassiá: os assessores das secretarias sumiram, neste ano, daqui. Já tinha notado algumas ausências no final do ano. Como demandar? Eu vou dizer e concluir: não tem mais conversa com o Prefeito Municipal. Como vereador, vou utilizar de todos os meios possíveis e imagináveis, o SEI, nosso serviço aqui para as nossas demandas, o 156, etc. e tal. Ontem, pela primeira vez, fiz o que jamais pensei ter necessidade de fazer: um dossiê para quatro órgãos públicos e mandar por AR; portanto, se a minha cota básica mensal aumentou em R\$ 100,00 neste mês, é culpa do prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDEL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel, vereadoras e vereadores, público que nos assiste, não poderia deixar de falar, no início deste ano, dos problemas que nós convivemos por mais de 20 anos. Lamentavelmente, a impunidade é um combustível, sim, para crimes contra animais, enquanto a Lei Manchinha seguir parada em Brasília. A comoção nacional pela cruel morte do cão Manchinha, em 28 de novembro, do ano retrasado, dentro do supermercado de Osasco, provocou, na época, que senadores e deputados federais, pressionados pela repercussão em redes sociais, tratassem de aprovar a toque de caixa projetos de leis semelhantes que tramitavam há anos nas duas Casas Legislativas do Congresso Nacional. Ambos os projetos aumentam as penas para os crimes de maus-tratos contra animais, que estão previstas na lei dos crimes ambientais, no art. 32, que dá detenção de três meses a um ano de penalidade, sendo que a iniciativa aprovada na Câmara dos Deputados estabeleceu um a quatro anos de reclusão, normalmente prisão

em regime fechado, enquanto que o projeto de lei, na outra casa, no Senado Federal, definiu o mesmo prazo, porém para detenção, via de regra, com cumprimento em regime aberto ou semiaberto. Assim, era esperado que as propostas aprovadas em 11 de dezembro de 2018 fossem encaminhadas a outra Casa Legislativa para exame em regime de urgência e com celeridade sendo debatidas e aprovadas. E assim reduzindo a trágica impunidade que percebemos ao ver criminosos que maltratam animais e tem como sentença simples o pagamento de cestas básicas ou serviços comunitários. Entretanto, os dois projetos seguem sonolentos, engavetados na burocracia das comissões permanentes de cada um dos Parlamentos federais, onde interesses contrários a defesa animal tratam de criar novos projetos, a pensar requerimentos e que geram atrasos na tramitação. Enquanto isso, observamos um aumento considerável de denúncias que chegam aos órgãos de fiscalização de prefeituras, delegacias de Polícia Civil, nos batalhões ambientais militares, nos ministérios públicos estaduais. Levantamento que realizamos nas matérias jornalísticas aponta que diariamente temos de duas a quatro reportagens que relatam casos graves com animais, sejam domésticos, silvestres, que vão desde o abandono, envenenamentos, tiros, atropelamentos propositais, espancamentos. Vídeos que reportam tais agressões são quase que diários nas redes sociais e que muitas vezes nos levam à indignação, lágrimas e tristeza profunda. Fomos mais uma vez enganados; pensávamos que finalmente nossa luta por justiça contra esses criminosos que não respeitam animais indefesos e também não respeitam os humanos teriam a sentença merecida. Porém, se não reagirmos com um grande movimento novamente de pressão, nada acontecerá no Congresso Nacional.

Também quero deixar registrado que as rinhas de batidas que tanto protestamos estão cada vez mais sendo descobertas no Rio Grande do Sul pelas redes sociais, porque ninguém se esconde. Não adianta fazer grupos fechados, porque sempre vai haver alguém que não concorda com tais crimes.

Também observamos que depois de haver uma matança por envenenamento, anos atrás, em Bom Jesus, de mais de cem animais, onde um secretário esteve preso e usou tornozeleira, secretário e vereador e mais dois envolvidos, pensávamos que teríamos educado as pessoas. Não, voltaram alguns crimes de envenenamento, de espancamento, animais que não podem nem ficar numa escadaria que são assassinados, e também aqui bem perto em Minas do Leão.

Em Minas do Leão há um vereador envolvido, um vídeo que está bombando nas redes sociais e também está nos órgãos policiais, Ministério Público e desejamos que tenha a punição...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): ...justa para esse tipo de crime porque é um parlamentar que deveria dar exemplo de combate a tudo que é tipo

de maus-tratos, porque quando nos referíamos a maus-tratos em animais, nós somos sensíveis, sim, a todo o tipo de maus-tratos aos seres humanos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOÃO CARLOS NEDELS (PP): Obrigada, Ver.^a Lourdes Sprenger. Devolvo a presidência dos trabalhos a V. Exa.

(A Ver.^a Lourdes Sprenger reassume a presidência.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Apregoo representação externa do Ver. Cassio Trogildo na Décima Sessão do Fórum Urbano Mundial – WUF 10, nos dias 6 a 15 de fevereiro de 2020.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PTB): Quero saudá-la novamente, Ver.^a Lourdes, comandando os trabalhos. Quero concluir aquele assunto, agora com mais tempo, que de uns tempos para cá sumiram os assessores da Prefeitura que têm que, aqui, fazer a intermediação com os vereadores, os assessores da saúde, da EPTC, do DMAE, enfim, de todos os órgãos, para que haja uma interação com a Câmara. O cidadão de Porto Alegre nos cobra muito lá na ponta: “Mas por que é que o vereador não encaminha para nós isso e aquilo?” Não pode! É direto para o 156. E nós mandamos para o 156, e assim mesmo a Prefeitura não faz porque ela, primeiro, quer saber de qual vereador é. Se o vereador votou favorável a projetos da Prefeitura, projetos para o prefeito Marchezan, esse atende! E o outro? “Não, o outro, às vezes votou, mas às vezes também não votou.” Ou seja, quem tem independência, quem vota com a sua consciência sempre na defesa do cidadão, esse fica à revelia. “Não! Vamos dar força para aqueles que aumentar o IPTU do cidadão de Porto Alegre, esse dá tudo, porque ele fez nós enchermos o cofre de dinheiro.” E a sociedade está aí... É bem assim, sim, vereador! Vocês têm muito cargo na Prefeitura! Cargo eu não tenho e não quero, eu não posso perder a minha consciência e a minha transparência. Não pode vereador trocar essa moeda, isso é imprescindível, e é por isso que a cidade está abandonada.

Além dos detalhes que eu falei anteriormente, de que está tudo terceirizado e quem tem *know-how* é o funcionário específico e exclusivo dos seus órgãos, como DMAE, DEP, DEMHAB, tudo virou uma confusão, liquidaram os órgãos da Prefeitura, e a SMOV, da qual fui secretário, hoje, é brincadeira, não tem nenhuma condição de tapar buraco na cidade. Tudo terceirizado a quem não tem *know-how*, não entende e não conhece a cidade. Na EPTC o chefe é de Belo Horizonte, não conhece a cidade, está fazendo ciclovias, afunilando o trânsito, tirando estacionamento, fazendo uma confusão na cidade, mas quer dinheiro, quer R\$ 4,70 por esse pedágio comunitário aqui da grande Porto Alegre. Porto Alegre quer se tornar uma ilha! Ainda bem que os prefeitos e vereadores de toda a região Metropolitana estão envolvidos, e vocês não se

surpreendam se o prefeito de Porto Alegre não falar uma bobagem na televisão, no rádio ou no jornal sobre os prefeitos da grande Porto Alegre, que não aceitam.

Eu não sei o que que ele está fazendo com o dinheiro do IPTU: recebeu uma baita bolada, mas fez publicidade no Brasil inteiro, gastando R\$ 34 milhões. Lamentável! E a cidade... Agora diz que vai melhorar a Rua da Praia. Faz horas que estão falando! Vai melhorar um pedaço lá e o resto vai ficar tudo igual: está lá a pedra levantada, buraco na rua, enfim, não fazem nada, só se queixam e não administram. Terminou o mandato do prefeito, ele não administrou três anos, agora quer administrar em um, está cheio de dinheiro e não sabe o que fazer com o dinheiro porque não tem gestão. E sucateou as secretarias que poderiam alavancar a sua administração.

Portanto, Ver.^a Lourdes, agora parece que está na Casa, vai querer fazer um agrado. Volta e meia, ele quer colocar a culpa nos vereadores, dizendo que os vereadores são culpados. Não, nós somos os representantes da cidade, foi ele que abandonou a cidade, ele que sucateou as secretarias da cidade, que não têm condições de ir ao bairro resolver, como eu disse aqui, vai lá três vezes para resolver uma questão, e assim mesmo tem que chamar o técnico específico do DMAE, que tem 20, 30 anos porque tem *know-how*, as terceirizadas não têm. Isso é técnica, isso não é para qualquer um. O prefeito está equivocado, sucateou a cidade, fez uma administração, uma reforma administrativa de diminuir, mas ele fez o pior, ele não só diminuiu, ele rachou, liquidou secretarias. Pegue a secretaria, que era SMIC, do Cecchim...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PTB): ...A SMIC, do Nagelstein, tinha força, tinha poder de realizar na cidade, inclusive naquela época, o Cecchim, depois o Nagelstein, encaminharam aquela questão do camelódromo, as lojas que estão lá bonitas. Então hoje não dá, pega a SMIC, está lá um setorzinho acanhado, não tem mais força. Se for fazer alguma coisa, o prefeito não dá liberdade a nenhum secretário. Eu me admiro, secretários homens e mulheres valorosos, irem lá e ficarem ajoelhados na frente prefeito e não fazerem nada, não reclamar, pelo menos. A cidade abandonada. Ah, a orla vai ficar bonita. Ah, vai, mas e lá na comunidade? E lá no bairro das pessoas? Lâmpada não tem, o buraco a céu aberto correndo esgoto, cavalete da EPTC, do DMAE. Olha, é a cidade dos cavaletes. Obrigado, Ver.^a Lourdes.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, Ver. Lourdes, meus colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores; quero agradecer aqui, o

Ver. Aldacir Oliboni, pela cedência do seu tempo de falar pela oposição, dizer que volto aqui a esta tribuna com um tema muito importante e muito vivo na nossa cidade, que são os problemas habitacionais e a falta de uma política pública que aponte para a solução da moradia digna na cidade de Porto Alegre. E nós construímos, no ano passado, sob a liderança do Ver. Dr. Goulart e com os vereadores que estão aqui no plenário, além de mim, o Ver. Ferronato, o Valter, vários outros, a Ver.^a Cláudia, um projeto em relação à comunidade da Mato Sampaio, que é a comunidade que tem uma ação de despejo do poder público municipal, mas que teve todo um conflito nesse relacionamento, porque a comunidade está ali há 60 anos, 50 anos. Construímos um projeto para transformar aquela área, que é pública municipal, numa Área Especial de Interesse Social; votamos, Ver. Airto, no final do ano, na reunião conjunta das comissões, e o projeto está pronto para votar. Inclusive, com a sessão extraordinária que poderá haver hoje, até existe a possibilidade de colocarmos em pauta. Parte da comunidade, as lideranças, vieram aqui hoje, mas, conversando com os colegas, com alguns dos autores do projeto e com Presidente da Casa, um entendimento importante é que a gente construa para semana que vem que, entre os projetos prioritários, vote-se esse projeto, Ver. Dr. Goulart, que as bancadas que subscreveram, assim como o PDT, Ver. Mauro Zacher, que subscreveu o projeto da Mato Sampaio, que possamos estar aqui para garantir a sua aprovação. A Ver.^a Mônica inclusive acolheu a comunidade quando esteve aqui, como Presidente, e nos deu este espaço coletivo, e esse projeto é muito importante, porque nós dissemos o seguinte: um tema como esse, uma comunidade que está lá há gerações não pode simplesmente ser expulsa de uma hora para outra sem saber para onde vai ou ter a análise dos seus direitos passados a limpo com profundidade. Então é isso que nós estamos fazendo. Como a comunidade tem marcado para o dia 20 de maio uma reunião conciliatória com o tribunal de conflitos fundiários de Porto Alegre, nada melhor, Ver. João Carlos Nedel, que possamos votar isso, fazer essa construção, vai para o prefeito, ainda temos que convencer o prefeito que sancione essa lei, para que possa levar essa ferramenta construída pela Câmara Municipal de Vereadores, com a contribuição de muitas mãos, lembra aqui o Ver. Robaina, que foi um dos que ajudou a coordenar esse processo, também a Ver.^a Karen, o Ver. José Freitas, demais vereadores, porque é um projeto construído a várias mãos e muitos partidos aqui desta Casa. Venho trazer este informe aos colegas vereadores, e o Presidente da Casa vai receber a comunidade, que está aqui, no salão Adel Carvalho, nos próximos minutos; portanto, convido aqueles colegas que queiram estar junto para dialogarmos e fazermos esse ajuste para, possivelmente, nos próximos dias, votarmos e fazermos o papel da Câmara de Vereadores na defesa da comunidade de Porto Alegre e na defesa da habitação. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, vereador. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu vou, Ver.^a Lourdes Sprenger, que está presidindo dos trabalhos, seguir um pouco o que eu já falei antes e também seguir um pouco o que disse o Ver. Pujol na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que esta Casa funciona a qualquer momento e quando houver qualquer necessidade, não vai se pautar por qualquer questiúncula ou disputa neste ano em que teremos eleições. Dito isso, eu digo: nós queremos atenção para os bairros de Porto Alegre.

Hoje, eu vou falar especialmente do bairro Bom Fim, saudando o nosso grande ex-prefeito, o grande ex-vereador João Antônio Dib, que, para o nosso orgulho, adentra este plenário. É preciso conhecer Porto Alegre quando se é prefeito. O bairro Bom Fim está tomado de lixo e de sujeira, Ver. Mauro Zacher, de ponta a ponta; há moradores de rua jogados na frente do Pronto Socorro – sabemos que alguns têm doenças, inclusive doenças contagiosas. Porto Alegre hoje é a capital da tísica, da tuberculose. Isso é um absurdo! O Ver. Dr. Goulart é médico. No ano de 2020, Porto Alegre frequenta o topo de pessoas contagiadas com tuberculose. Não bastasse aquela cena dramática que se vê todo dia, tem essa simbologia na frente do Pronto Socorro; a metros do Hospital de Clínicas tem outro acampamento de moradores de rua. Na parte interna do bairro Bom Fim, bairro que abrigou por anos e anos a comunidade judaica, os jovens, os bichos-grilos dos anos 1970, das noitadas, hoje é um bairro com medo, e a sensação de medo, Ver.^a Mônica, no Bom Fim, aumenta na medida que falta iluminação pública! As lâmpadas não são repostas – parece que fecharam as portas da DIP. Tem mais: há muita violência; pessoas andam armadas no Bom Fim a qualquer hora do dia ou da noite; não basta ter um postinho. É preciso ronda, circulação da Brigada Militar para coibir as ilicitudes, mas, ao mesmo tempo, dar essa sensação de segurança para as pessoas saírem à rua. No Bom Fim, havia momentos que as pessoas se sentavam à calçada, tomando chimarrão – hoje não existe isso! Eu já levei maneiras de revitalizar, ajudar a melhorar a praça Berta Starosta, com questões concretas; aqui se aprova uma lei que é praticamente uma privatização do espaço público, e lá a pessoa não consegue adotar a praça, porque há uma “cabeçudagem” dentro da secretaria respectiva. Isso não pode continuar assim! Nós temos que discutir o redesenho de cada bairro. Eu já levantei aqui em diálogos, com o Mauro Zacher, a questão do redesenho do 4º Distrito; mas, Mauro, esse governo pagou já duas consultorias e jogou no lixo! Jogou no lixo uma consultoria que apresentou um plano concreto, pelo professor Benamy Turkienicz, da UFRGS, mas o prefeito e alguns aqui, inclusive, vereadores, odeiam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; tem um vereador que falou isso várias vezes aqui, aos gritos – neste momento ele não está no plenário.

Nós estamos aqui, neste dia, para marcar e dizer: Vereador, ex-prefeito, João Antônio Dib: Porto Alegre tem que mudar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Vereador. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger, vereadores, vereadoras, público que nos assiste hoje pela TVCâmara. Na verdade, eu estou sempre assistindo todos os vereadores falarem, com muita atenção, e hoje me entristece quando eu vejo muitos falarem do descaso da nossa gestão pública, do nosso gestor, do nosso prefeito, descaso conosco, representantes legislativos desta Casa, em que a gente apresenta pedidos e necessidades da nossa Cidade e, muitas vezes, nós não somos atendidos porque nós não acordamos o que o prefeito quer, isso é lamentável e muito triste.

O fato que eu trago aqui hoje é um fato da nossa Casa, da Câmara Municipal, que ocorreu, que eu levei para nossa presidência, o caso de uma trabalhadora, uma servidora da Casa que esteve, por mais de 30 dias, visitando familiares na China. Voltou ao Brasil para se apresentar ao trabalho. Eu fui pessoalmente na presidência, e ela foi encaminhada para a área médica e ganhou três dias de atestado sem exames. Isso é fim do mundo! Isso é uma falta de respeito conosco, vereadores, com todas as pessoas que trabalham nesta Casa Legislativa porque o coronavírus está aí. Hoje o Ver. Farid veio falar sobre isso, nós temos uma trabalhadora, aquele casal de quem vocês devem ter ouvido falar, de Canoas, que está em isolamento, pois bem, ela é funcionária da nossa Casa, e nada foi feito para que ela pudesse ter o atendimento necessário e que nós fôssemos preservados. Eu precisava trazer isso para informação de todos vocês, porque eu levei à presidência, e muitos, no ano passado, falaram da presidência da Ver.^a Mônica, mas eu tenho certeza que ela tomaria uma providência bem diferente do que essa. A importância e o respeito para nós, trabalhadores desta Casa, essa pessoa tinha que ter feito exames e ela tinha que estar em isolamento, mas indicada por nós e não pela empresa do esposo, que é de Sapucaia do Sul, que acionou a vigilância sanitária. É lamentável esse fato e eu queria deixar registrado. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): Obrigada Ver.^a Cláudia. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão, às 16h chamaremos para a sessão extraordinária.

(Encerra-se a sessão às 15h51min.)

* * * * *